

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

Formação profissional e conformação social de jovens.. Algumas referências preliminares sobre o PROJovem.

Ricardo de Souza Ribeiro y José dos Santos Souza.

Cita:

Ricardo de Souza Ribeiro y José dos Santos Souza. (2009). *Formação profissional e conformação social de jovens.. Algumas referências preliminares sobre o PROJovem. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/1308>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

Formação profissional e conformação social de jovens.

Algumas referências preliminares sobre o PROJovem

*Ricardo de Souza Ribeiro
José dos Santos Souza
Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, UFRRJ,
Brasil
ricardo_souza@yahoo.com.ar
jsantos@ufrj.br*

Diante do processo de reestruturação produtiva e reforma do Estado desencadeado em função da crise do capital a partir dos anos 1970, mudanças significativas foram verificadas no trabalho, na produção e nas relações de poder na sociedade. Essas mudanças determinam um contexto mundial marcado pelo desemprego estrutural, conseqüência da diminuição substancial do trabalho vivo, combinado com a hegemonia do projeto neoliberal. No caso brasileiro, estas transformações ficaram mais evidentes a partir dos anos 1990, quando as empresas passaram a apresentar uma nova configuração dos processos de trabalho e de gestão da produção, ao mesmo tempo em que o Estado renovou seus mecanismos de mediação do conflito de classe, combinando ampliação dos espaços de

participação social e controle das decisões estatais com reformulação dos mecanismos de conformação das camadas subalternas.

Diversas pesquisas têm apontado a população jovem como a mais penalizada pelos efeitos perversos desse processo de recomposição do capital. Justamente por isso, o Governo Brasileiro tem empenhado esforços para atender esta parcela da população por meio de diversos programas sociais para a juventude. Observa-se que a educação profissional tem assumido papel relevante nesses programas, o que nos leva a questionar sua real função nas políticas públicas para a juventude. Diante desta problemática, elegemos como objeto de estudo a experiência do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM) implementado pelo governo federal do Brasil. Nosso objetivo é analisar a natureza da relação estabelecida entre Estado e sociedade civil no processo de desenvolvimento deste Programa e o papel que a formação profissional exerce nesta relação. Trata-se de uma pesquisa básica de natureza qualitativa, de caráter descritivo, cujas fontes de dados utilizadas são: fontes bibliográficas da área de “sociologia do trabalho”, “trabalho e educação” e “políticas públicas para a juventude”; fontes primárias (documentos oficiais, material de divulgação e registros), entrevistas e questionários. Para tal análise, toma-se como referência empírica a experiência do PROJOVEM urbano no município de Nova Iguaçu, Região da Baixada Fluminense, no estado do Rio de Janeiro.

Neste artigo, apresentamos algumas referências analíticas preliminares, onde procuramos caracterizar o PROJOVEM como uma política pública de inclusão de jovens de 15 a 29 anos que, na realidade, assume a função de mediação do conflito entre interesses distintos de classes distintas diante da evidente crise do capital.

A CRISE DO CAPITAL E O PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

O sistema capitalista, durante todo seu processo histórico, sofreu várias transformações, em virtude das crises causadas por suas medidas para aumentar os lucros. De acordo com Harvey (1992, p.117), estes movimentos de inovação estão diretamente ligados à questão do trabalho, na medida em que este é a fonte de desenvolvimento do capitalismo. As transformações ocorridas trazem em si um processo de reestruturação da produção que vem afetando a sociedade em diversos aspectos: social, político, econômico, cultural.

O capitalismo se fundamenta numa base produtiva, cujo objetivo principal é a produção de valor, que está intimamente ligada à organização do trabalho e à implementação de novas tecnologias. O modelo fordista, como processo de produção em massa, de consumo de massa, emanou novas

políticas de gerenciamento do trabalho e, apesar de ter levado quase meio século para se consolidar totalmente, se constituiu o paradigma produtivo do capital (Cf.: HARVEY, 1992, p.122).

O sistema de capital possui um grande controle (através da alienação) dos trabalhadores e, por meio deste, consegue fazer prevalecer seus interesses de acumulação de capital, ao mesmo tempo em que reproduz as condições objetivas e subjetivas para a manutenção de seu regime de acumulação (MÉSZÁROS, 2000, p. 117). Na atualidade, a partir do respaldo obtido pelos mecanismos de controle social, os interesses do capital avançam, deixando de compor pequenas unidades produtivas, fragmentadas, passando a constituir grandes corporações transnacionais com articulação global. O Estado é fundamental no controle social, pois assume, conforme Mézáros (2000, p. 119), o papel de favorecer o sistema capitalista, uma vez que é ele o responsável pelo controle das classes subalternas, proporcionando à classe dominante a garantia de resistência a possíveis revoltas da classe trabalhadora.

Devido ao aumento da competitividade e diminuição das margens de lucro das empresas, o mercado de trabalho tem sofrido substancial transformação. O patronato tirou proveito do enfraquecimento do poder dos sindicatos e da grande quantidade de mão-de-obra disponível, para impor contratos de trabalho mais flexíveis. Para Harvey (1992, p. 143-178), a atual tendência do mercado de trabalho é a redução do número de trabalhadores nas empresas e o emprego de trabalhadores temporários, que entram e saem facilmente, com baixo custo das indenizações trabalhistas, aumentando a flexibilidade no mercado de trabalho.

Para Harvey (1992, p.118-119), as pressões impostas pelos aparelhos ideológicos do Estado, como imposição do controle salarial e dos preços, que ocorre diretamente ou a partir de propagandas, faz com que o indivíduo se torne mais consumista e favoreça o desenvolvimento do capital, na medida em que incorpora os conceitos das necessidades materiais. Isso faz com que o capitalismo esteja cada vez mais forte, para além das transações de mercado. Este é um processo longo, que envolve o controle social da classe trabalhadora inerente ao modo capitalista de produção e reprodução social da vida material e que colabora para que o trabalhador seja cada vez mais explorado pelos donos dos meios de produção.

No sistema de acumulação flexível podemos notar um alto nível de desemprego, baixos salários e fragilização dos sindicatos. Com a fragilização do poder sindical, os donos dos meios de produção aproveitaram para aumentar a quantidade de mão-de-obra excedente com flexibilização dos contratos de trabalho, o que implica menor direito e assistência aos trabalhadores (HARVEY 1992, p.141-143).

Corroborando as considerações de Mészáros (2000), Harvey (1992, p.158-160) aponta que a competitividade internacional forçou o Estado a se tornar mais empreendedor, procurando manter um clima mais favorável aos negócios, uma vez que os movimentos sociais e a classe trabalhadora organizada precisavam ser contidos.

As inovações tecnológicas possibilitam a reconstituição das relações de trabalho e dos sistemas de produção em condições flexíveis, com práticas políticas em oposição à classe trabalhadora. Nasce neste contexto a suposta idéia da impotência da nação-Estado e dos movimentos operários. As práticas sociais decorrente do processo de flexibilização contribuem para uma condição de enfraquecimento da classe trabalhadora (com subcontratação, empregos temporários e atividades sem vínculos empregatícios). “As conseqüências ideológicas e políticas de super acentuação da flexibilidade e no sentido estrito de técnica de produção e de relações de trabalho são sérias o bastante para nos levar fazer sóbrias e cautelosas avaliações do grau imperativo da flexibilidade” (HARVEY, 1992, p.177-178).

A IMPORTÂNCIA DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NA ATUALIDADE

Com a propagação dos princípios da produção enxuta, o Brasil vive um período com altos índices de desemprego, devido à extinção de postos de trabalho e à precarização no setor produtivo, inclusive com o aumento de jornada trabalho. Para justificar o alto índice de desemprego e a precarização, o sistema do capital aponta a falta de qualificação dos trabalhadores como o responsável. A idéia de que a inserção e a ascensão no mercado de trabalho são determinadas pela educação tem se disseminado por toda a sociedade, de maneira tal que os trabalhadores parecem ser culpados por estarem desempregados ou em processos de trabalho precário. É como se os mesmos não se qualificassem o suficiente para acompanhar as mudanças no mundo do trabalho, ofuscando as reais causas do desemprego. Para Batista (2006, p. 202-203), justificar o desemprego pela baixa qualificação e escolarização supõe que a escola possa criar empregos a partir da formação que oferece.

No período de 1992 a 2002, segundo Pochman (2006, p. 66), houve um aumento considerável de desempregados com maior nível de escolaridade, alcançando o índice de 76,9% de desemprego dos trabalhadores com mais de quatorze anos de estudos. Isto joga por terra os argumentos da qualificação como estratégia de geração de emprego e renda.

A necessidade de o trabalhador se inserir ou se manter no mercado de trabalho faz com que busquem cada vez mais qualificação, pensando assim estarem aptos às exigências necessárias para ocupar um bom emprego. Mas, conforme nos alerta Batista (2003, p. 149), percebe-se no processo de

reestruturação produtiva um excedente de força de trabalho, o que dá ao capital o poder de escolher entre aqueles adaptáveis às novas demandas produtivas, em detrimento de uma multidão de trabalhadores excluídos do mercado de trabalho ou inseridos em condições de precariedade. É óbvio que esta situação ameaça a manutenção do consenso em torno do modelo de desenvolvimento hegemônico. É neste aspecto que a ideologia da falta de qualificação como explicação do desemprego surge como forma de mediação do conflito de classes. A política pública de qualificação profissional assume, assim, o caráter contraditório de formar quadros para a produção flexível do capital e, ao mesmo tempo, de conformar o imenso contingente de trabalhadores que viverão sob condições de precariedade ou de exclusão social.

AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE NO BRASIL

É evidente que um dos aspectos que mais têm prejudicado a população jovem é a grande dificuldade de se inserir no mercado de trabalho. Alguns estudos apontam que a população jovem é a que mais sofre com o desemprego no Brasil. Há um alto índice de jovens desempregados a procura do primeiro emprego (IPEA, 2008, p. 09). Segundo Batista (2006, p. 201), a partir dos anos 1990, no Brasil, houve um aumento significativo de trabalhadores desempregados em busca do primeiro emprego e apenas uma pequena parte desta multidão conseguiu se inserir no mercado de trabalho. Diante desses aspectos, podemos perceber o quanto a população jovem é penalizada pela perversidade do mercado de trabalho. Muitas vezes, esse segmento da população fica condicionado ao trabalho informal ou em situação de risco social, susceptível à criminalidade. Mas predomina na literatura a visão de que a raiz do problema está na qualificação, como por exemplo, Belluzzo e Victorino (2004, p. 14), que afirmam ser a qualificação e experiência profissional o grande desafio para a população jovem se inserir no mercado de trabalho.

Este argumento é muito forte, pois de fato o alto índice de jovens que estão atrasados no ano escolar é alto, assim como o índice de evasão escolar, além de haver baixa frequência dos alunos à escola (IPEA, 2008, p.14). Pesquisas mostram que os principais fatores que levam o jovem a sair da escola são, entre os homens, a oportunidade de emprego (42,2%); enquanto que para as mulheres é a gravidez (21%). Apesar da universalização do acesso ao sistema educacional, a escola parece não estar preparada para lidar com a diversidade dos alunos, deste modo os resultados não se mostram positivos, pois aumenta a desigualdade social e de aprendizado (IPEA, 2008, p. 15).

A partir dos anos 1990, a população de jovens das regiões metropolitanas apresentou crescimento dos índices de escolaridade (BELLUZZO & VICTORINO, 2004, p. 14). A ampliação das oportunidades de acesso à educação para o jovem trabalhador tem provocado o retorno dessa

parte da população à escola. Há um grande interesse do jovem trabalhador em enriquecer seu conhecimento, para se inserir ou se assegurar no mercado de trabalho. De acordo com o discurso proferido pela classe hegemônica, para que esses jovens possam se inserir no mercado de trabalho é necessário que haja uma formação básica e profissional mais ampla.

Como resposta a essa realidade, o governo federal desenvolveu nas duas últimas décadas diversas políticas públicas para juventude. Dentre os diversos programas criados, está o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM), cujo objetivo é ampliar escolaridade e qualificação profissional desse segmento populacional. O público alvo atendido pelo PROJOVEM são jovens entre 15 e 29 anos, sem emprego com carteira assinada, alfabetizados, mas que não concluíram a oitava série, buscando preparar o jovem para o mercado de trabalho (IPEA, 2008, p. 146-147). É importante destacar que as prioridades desse atendimento são para os jovens em condição vulneráveis e em situação de risco social. Como forma de incentivo o governo federal paga bolsas no valor de R\$ 100,00 para alunos que participam desse Programa. De modo geral, essa bolsa pode ser considerada um atrativo, se levarmos em conta o contexto socioeconômico que os jovens atendidos estão inseridos (BRASIL, 2007, p.05).

Atualmente o PROJOVEM está integrado a outros programas, passando a ter seis modalidades. O PROJOVEM Adolescente se apresenta como uma proposta política assistencialista voltada para o público Jovem de 15 a 17 anos. Essa modalidade do PROJOVEM é coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (BRASIL, 2007 p. 02).

As duas modalidades seguintes têm como objetivo elevar o nível de escolaridade dos jovens. O PROJOVEM Urbano (coordenada pela Secretaria-Geral da Presidência da República), bem como o PROJOVEM Rural (coordenado pelo Ministério da Educação), apresentam a possibilidade da conclusão do ensino fundamental num período de 18 meses, unindo a formação escolar com a qualificação profissional (BRASIL, 2007 p. 03).

Por fim, o PROJOVEM Trabalhador (coordenado pelo Ministério do Trabalho e Emprego), assim como o PROJOVEM Urbano e o PROJOVEM Rural, tem como finalidade inserir o jovem no mercado de trabalho. Trata-se de uma unificação dos Programas Consórcio Social da Juventude, Juventude Cidadã e Escola de Fábrica. Seu objetivo é qualificar e promover o desenvolvimento humano do público alvo, com vistas à inserção no mundo do trabalho. Para isto, busca articular convênios e acordos com os órgãos da administração pública ou entidades de direito público e privado sem fins lucrativos. O público alvo deste programa são os jovens de 18 a 29 anos, desempregados, matriculados no ensino fundamental, médio ou em cursos de educação de jovens e

adultos, pertencentes a famílias com renda per capita de até meio salário mínimo (BRASIL, 2007 p. 03).

Não obstante à ampla aceitação dessas ações governamentais, algumas críticas têm sido apontadas por alguns pesquisadores sobre o tema:

[...] o fato de que as crescentes dificuldades dos jovens em se inserir e permanecer no mercado de trabalho só seriam resolvidas a partir da constituição de um cenário econômico de desenvolvimento sustentado, superando a baixa geração de postos de trabalho no país (SPÓSITO & CARROCHANO, 2005, p. 155).

Uma questão que nos parece pertinente é se o tempo proposto para a formação e qualificação desses alunos, por ser curto, pode influenciar na qualidade do ensino. Talvez a formação oferecida por essas duas modalidades não seja suficiente sequer para proporcionar ao aluno a qualificação capaz de inseri-lo no mercado de trabalho. Mas se isto for correto, qual seria então a função desses programas? Uma coisa é certa: qualificando ou não para o mercado de trabalho, esses programas têm um forte potencial de conformação dessa população, servindo-lhes de moratória social para o ingresso no mercado de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do estágio atual da investigação, podemos concluir que, apesar de o PROJÓVEM ter o objetivo de promover a reintegração dos jovens ao processo educacional, por meio da elevação da escolaridade, com vistas na qualificação para o mercado de trabalho por meio do desenvolvimento de ações comunitárias, os conteúdos e a carga horária curricular podem ser considerados inadequados para o êxito do Programa. Isto nos leva a crer que o tipo de formação escolar que o PROJÓVEM proporciona pode não atender aos objetivos apresentados no discurso oficial do governo, ou seja, que a qualificação oferecida pelo PROJÓVEM é insuficiente para inserir o jovem no mercado de trabalho. Mas, por outro lado, há evidências concretas de que o PROJÓVEM tem conseguido mobilizar esforços significativos de agentes públicos e a sociedade em torno da ideologia da qualificação como fator de empregabilidade.

Decorre deste fenômeno uma pedagogia da hegemonia, ou seja, no processo de desenvolvimento do PROJÓVEM ocorrem processos educativos significativos que agem mais como mecanismo de conformação de um contingente imenso da população destinado à precarização do trabalho e ao desemprego, minimizando substancialmente o conflito de classe decorrente do processo de exclusão cada vez mais intenso neste contexto de crise do capital.

Referências Bibliográficas

- BATISTA, Eraldo Leme. Transformações no Mundo do Trabalho e o Debate: Trabalho e Educação. In: ALVES, Giovanni; BATISTA, Roberto Leme; GONZÁLEZ, Jorge Luis Cammarano (Org.). **Trabalho e educação: contradições do capitalismo global**. Maringá, PR: Práxis, 2006. p. 191-213.
- BATISTA, Roberto Leme. Reestruturação Produtiva, Ideologia e Qualificação: Crítica as noções de Competência e Empregabilidade. In: BATISTA, Roberto Leme & ARAÚJO, Renan (Org.). **Desafios do trabalho: capital e luta de classes no século XXI**. Londrina, PR: Práxis, 2003. p. 143-172.
- BELLUZZO, Lília, VICTORINO, Rita de Cássia. A juventude nos caminhos da ação pública . **São Paulo em perspectiva**. São Paulo, v.18, n.4 p.8-19. 2004.
- BRASIL. COMISSÃO MISTA DO CONGRESSO NACIONAL. **Mensagem nº 193 de 2007 – CN**. Relator: Deputado André Vargas. Relatório sobre a Medida Provisória 411/2007 que dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – PROJOVEM, instituído pela Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e dá outras providências. Publicada no DOU de 28/12/2007 – Ed. Extra.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 14ª edição. São Paulo: Loyola, 1992. 349 p.
- IPEA. **Políticas sociais: acompanhamento e análise**. Brasília: IPEA, 2008. 310 p.
- JÚLIO, Marcelo. Crise do Capital, Reestruturação Produtiva e Qualificação Profissional. In: BATISTA, Roberto Leme & ARAÚJO, Renan (Org.). **Desafios do trabalho: capital e luta de classes no século XXI**. Londrina, PR: Práxis, 2003. p. 115-141.
- MÉSZÁROS, Istaván. A ordem do capital no metabolismo social da reprodução. **Ensaio Ad Hominem 1 – Revista de Filosofia, Política, Ciência da História**. Tomo I, p. 83-124, [2000?].
- POCHMAM, Márcio. Desemprego do Brasil. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. 1ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 59–73.
- SPOSITO, Marília Pontes, CARROCHANO, Maria Carla. A face Oculta face transferência de renda para jovens no Brasil. **Revista Tempo Social**. São Paulo, v.17, n.2, p.141-172, novembro/2005.

